

ROMANIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM IMPERIAL NO SUL DA LUSITÂNIA*

Norma Musco Mendes**

Abstract

*The aim of this paper is to analyze the process of Romanization, emphasizing, mainly the impact of Rome on the landscape in the south of Lusitania's province by the organization of the *ciuitates* and the production of the urban social space.*

Keywords: Romanization; Lusitania's province; Urban social space; Landscape.

Resumo

*O objetivo deste trabalho é analisar o processo de romanização, enfatizando principalmente o impacto de Roma na paisagem no sul da província da Lusitânia através da organização em *ciuitates* e da produção de espaço social urbano.*

Palavras-chave: Romanização; Província da Lusitânia; Espaço social urbano; Paisagem.

De início, devemos ressaltar que esta pesquisa se contextualiza na proposta pedagógica do Programa de Pós-graduação em História Comparada, no sentido de realizar o comparatismo construtivista que, de acordo com Detienne (2004, p. 47), “deve de início se dar, como campo de exercício e de experimentação, no conjunto das representações culturais entre as

*As reflexões apresentadas neste artigo foram expostas nos seguintes eventos científicos: no GT de História Antiga da Anpuh, em Goiânia, em abril de 2006 e na VIII Jornada do Centro de Estudos Interdisciplinares da Antiguidade (CEIA)/UFF, em Niterói, em julho de 2006.

**Professora adjunta de História Antiga do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC) da UFRJ. Membro do Laboratório de História Antiga (LHIA)/UFRJ. Bolsista de Produtividade do CNPq. Tema da pesquisa: “As estratégias de intervenção no espaço e a construção da paisagem imperial na Lusitânia”.

sociedades do passado, tanto as mais distantes como as mais próximas e os grupos humanos vivos observados sobre o planeta, ontem e hoje”. Neste sentido, optamos como categoria para o nosso trabalho de comparação o impacto da conquista imperial e estudo da mudança da paisagem do território, pela formação de uma paisagem híbrida materializada pela criação de novas formas de relações sociais. Preocupamo-nos em traçar um conjunto de possíveis configurações a serem observadas através do diálogo sobre a construção do espaço social no contexto de Impérios.

Logo, torna-se necessário definir Impérios como uma categoria analítica. O termo império deriva do latim *imperium*, o qual foi apropriado pela historiografia do século XIX para definir um Estado que passava a exercer por conquista a soberania sobre ampla extensão territorial, através de relações formais e informais. Tal definição nos remete à noção de impérios como fenômenos eminentemente políticos. No entanto, os Impérios não sobreviveriam meramente através da coerção e dos atos de acumulação de riquezas. Sobrevivem através de práticas que envolvem a dinâmica dos processos de formação imperial, que definimos pelo termo imperialismo. Tal dinâmica é entendida como a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante, governando um território distante. Pode ser alcançada pela força, pela colaboração política, pela dependência econômica, social e cultural. É, portanto, a criação de uma dinâmica específica da dependência (SAID, 1995, p. 40). O termo imperialismo, também, surgiu neste mesmo contexto historiográfico para designar a política das potências industrializadas européias, dos EUA e do Japão, sendo associado às expressões colonialismo, capitalismo monopolista, militarismo, fascismo, seja na variante italiana ou alemã e, mesmo, ao neocolonialismo, assumindo no séc. XX uma conotação negativa: idéia de abuso, de governo injusto, opressivo, imperialismo como um processo maléfico e explorador.

Desviando-nos dessas definições, que aliam o imperialismo ao mundo moderno capitalista, nossa preocupação é estabelecer campos de pesquisa que nos permitam observar a diversidade, a pluralidade e a singularidade dos processos ou práticas imperiais para se investigar como e por que os Impérios são construídos, se expandem, se legitimam, se consolidam e se desagregam. Estimular, dessa forma, a construção de problemáticas relacionadas às configurações econômicas, político-jurídicas, éticas e morais, cujo conjunto mantém e reproduz a ordem imperial.

Conforme o título do projeto de pesquisa anteriormente mencionado, fica evidente que o nosso campo de configurações se limita ao Império Romano, mais especificamente à Lusitânia.

Inicialmente, me parece importante traçar algumas considerações a respeito das principais abordagens teóricas sobre o Império Romano, com o objetivo de contextualizar a opção historiográfica da pesquisa.

A historiografia sobre o Império Romano pode ser dividida em três tipos de abordagens teóricas, que também podem ser aplicadas ao estudo das demais experiências imperialistas da História da Humanidade (CHAMPION, 2004, p. 3 ss.):

1. Metrocêntrica: trata-se de abordagem que privilegia o estudo das motivações imperiais com base na análise das estruturas internas dos centros hegemônicos. Busca paradigmas explicativos para a expansão imperial, analisando as interações da formação dos Impérios e as transformações das estruturas socioeconômicas, políticas, administrativas, militares, jurídicas, ideológicas e culturais da sociedade imperial. Nesta linha de abordagem para o caso Romano, incluímos os trabalhos de Frank (1914), Schumpeter (1919), Badian (1968), Veyne (1975), Brunt (1978), Harris (1979), Rich (1993), Gruen (2004) e Mattern (2004).

2. Pericêntrica: composta pelos estudos que enfocam principalmente o papel das comunidades dominadas e limítrofes na tipologia de domínio do sistema imperial, quer dizer, o enfoque de análise é a periferia. Procura analisar os estágios de complexidade social das populações dominadas antes, durante os contatos iniciais com o centro de poder em expansão e depois da dominação imperial. Tais abordagens argumentam que na periferia existem situações que praticamente favorecem a intervenção de um centro poderoso e a extensão de seu poder. Essas situações podem estar vinculadas à existência de Estados fracos que necessitam de proteção contra ameaças externas ou se encontram ameaçados pelas divisões internas que facilitam a intervenção de um centro poderoso a pedido de uma das partes ou, ainda, de Estados que adotaram políticas agressivas, provocando uma vigorosa resposta do centro. Esta última situação é comparável aos casos do Vietnã do Sul, El Salvador e Nicarágua e Iraque. (CHAMPION, 2004, p. 4). Esse tipo de abordagem analisa, também, as estratégias da periferia e dos subordinados na relação de poder e a interação da diversidade cultural

das periferias com os padrões culturais dos dominadores. No caso específico da experiência imperialista Romana, nos remete às questões relacionadas com o processo de Romanização, envolvendo argumentos explicativos relacionados com os conceitos de aculturação, hidridização, ajustamento, assimilação, acomodação e resistência. Dentre esses estudos ressaltamos os artigos de Macmullen (1929), Millet (1990), Hingley (1996, 1997 e 1999), Webster (1996, 1997, 2003), Woolf (1998 e 2001), Huskinson (2000) e Wells (1999 e 2004).

3. Sistêmica: esta vertente historiográfica pretende explicar a formação do Império de uma forma holística, incluindo conquistadores e conquistados num amplo e complexo sistema mundial. Procura definir o amplo sistema dentro do qual uma sociedade em conjunto com outras se reproduz, para alcançar o entendimento do seu dinamismo e as condições de sua existência; assim, é um instrumental de análise plausível para o estudo das questões relacionadas com as condições de formação, manutenção e reprodução do sistema de domínio imperial. Pode ser dividida em duas vertentes:

3.1. Sistema mundial de relações internacionais: essas abordagens partem do pressuposto básico de que no sistema mundial das relações interestatais a formação de Impérios e as guerras são eventos naturais. Enfatizam a competição entre os Estados por poder e segurança num mundo com poucas leis internacionais, carente de uma autoridade central ou de meios efetivos para assegurar juridicamente limites ao comportamento internacional dos Estados. As relações internacionais são caracterizadas pela busca de segurança, a qual é obtida pelo desenvolvimento do poder dos Estados e de sua influência no âmbito das relações internacionais, através da formação de parcerias internacionais e do militarismo. Essa dinâmica competitiva das relações internacionais é considerada como o fator predominante para o surgimento dos Impérios. Neste contexto, alguns Estados (por alguma razão) são mais capazes do que outros e acabam expandindo seu poder. Os Estados devem ir ao encontro das necessidades do ecossistema político, ou se arriscam à aniquilação. No mundo antigo, os Estados desenvolveram o militarismo, havia escassez de leis internacionais e as guerras foram constantes, tanto nos estados monárquicos quanto nos aristocráticos e democráticos. A diplomacia não era preventiva e, frequentemente, tinha uma atuação negativa para a manutenção da paz. A experiência imperialista ro-

mana preencheu todos os paradigmas de comportamento traçados pelos teóricos dessa forma de abordagem, dentre os quais ressaltos os trabalhos de Ferrill, (1989), Whittaker (1994), Luttwak (2004) e Isaac (2004).

3.2 Sistema mundial baseado nas relações de centro e periferia: esta linha de abordagem parte dos axiomas gerais do modelo de centro e periferia de Wallerstein, construído para o mundo capitalista que postula a existência de uma economia política global ou economia geopolítica. A unidade de análise não é a sociedade fechada como uma unidade de produção e consumo, pois toda a lógica do conceito está na questão da acumulação de bens (capital) como fundamental para a generalização de desigualdades sociais e para a política expansionista, voltada para: a) a obtenção de recursos humanos e materiais (terra, água, produtos primários, metais), *inputs* necessários para o processo de acumulação; b) a busca de mercados para a troca e obtenção de produtos – redistribuição; e c) o controle de corredores de comércio inter-regional.

O processo de acumulação (estatal ou privado, ligado a tributo, botim, bens de troca) é a força motriz para a formação de centros hegemônicos, cujo relacionamento com áreas periféricas e semiperiféricas mantém a ordem no mundo. Configura-se uma “*acumulação interpenetrante*” – transferência ou troca de excedente econômico que liga os processos de gerenciamento de excedentes às relações de exploração e opressão entre o Estado imperial e as áreas dominadas e periféricas. Dessa forma, a transferência de troca de excedente não é um relacionamento neutro, nem socialmente e nem politicamente, mas profundamente sistêmico.

A adaptação dos axiomas gerais deste modelo para a Antiguidade e sua aplicação ao caso do Império Romano pode ser encontrada nas obras de Rowlands (1987), Nash (1987), Ekholm e Friedman (1993), Wells (1999) e Hopkins (1980, 1981 e 2002).

A pesquisa em realização está articulada, principalmente, às duas últimas linhas de abordagens acima mencionadas. Tal opção se alia, principalmente, aos objetivos da nossa pesquisa, os quais não desconsideram o estudo das motivações e nem a análise das estruturas internas de Roma que possibilitaram a construção e reprodução do Império. Porém, procuramos priorizar as justificativas ideológicas, as racionalizações usadas para exercer a sua política de domínio imperial e as complexas interações

política, econômica, social e cultural existentes entre Romanos, aliados e povos submetidos.

Seguimos a tendência historiográfica atual de aplicação das nossas hipóteses a um estudo de caso: a construção da paisagem imperial na Lusitânia, mais especificamente na região do Algarve.

Considerando-se que a população do Ocidente era não-letrada, a documentação de cultura material proveniente das províncias é entendida por nós como uma modalidade de discurso colonial, devendo ser interpretada como “textos”. Daí, ser imprescindível para a pesquisa o diálogo com a Arqueologia e a Epigrafia, pois a confrontação entre os documentos escritos e de cultura material nos permite inferir as diversidades e singularidades nas relações de identidade e alteridade, os níveis de adaptação, aceitação e resistência ao domínio romano.

Em busca de categorias analíticas para a construção de um modelo para o estudo comparativo de Impérios, cuja aplicação ao Império Romano seja pertinente, recorreremos ao modelo elaborado pelo antropólogo Smith (2001, p.129). Esse modelo utiliza a análise dos registros arqueológicos como fator de identificação de Impérios. Smith elaborou o quadro a seguir, baseando-se na idéia de que o relacionamento imperial pressupõe a interseção de quatro fatores: as capacidades e os interesses do regime metropolitano; os interesses e a complexidade social das sociedades políticas periféricas; o sistema transnacional e suas necessidades; e o contexto internacional e os incentivos por ele criados.

Critérios arqueológicos para a identificação de Impérios

ASPECTOS	EXEMPLOS
1- A capital imperial: <ul style="list-style-type: none">• Centro urbano complexo e extenso;• Proclamação da ideologia imperial.	1- Militarismo; 2- Glorificação de reis ou do Estado.
2- Dominação de um território: <ul style="list-style-type: none">• Trocas econômicas entre a capital e as províncias; • Controle político das províncias.	1- Mercadorias provinciais encontradas na capital; 2- Mercadorias imperiais encontradas nas províncias. 1- Conquista militar; 2- Construção de infra-estrutura imperial; 3- Imposição de tributos e impostos; 4- Reorganização dos sistemas de assentamento; 5- Cooptação imperial das elites locais.
3- Projeção de influência num contexto internacional amplo: <ul style="list-style-type: none">• Influência econômica;• Influência política; • Influência cultural.	1- Comércio com as regiões extra-imperiais. 1- Engajamento e atividades militares ao longo das fronteiras inimigas; 2- Centralização ou militarização da política extra-imperial. 1- Adoção de deuses ou dos rituais imperiais por povos distantes; 2- Rivalidade de estilos e padrões imperiais pelos povos distantes.

Certamente, a aplicação do quadro acima implicaria o desenvolvimento de vários projetos de pesquisa. Limitar-me-ei ao item 2: *Dominação de um território*, subitem: *Controle político das províncias*, principalmente nos seus exemplos 2, 4 e 5: *Construção de infra-estrutura imperial*, *Reorganização dos sistemas de assentamento* e *Cooptação imperial das elites locais*, que estão estritamente relacionadas à problemática da pesquisa.

Dominação de um território: controle político das províncias

Fogem aos objetivos deste artigo a análise do processo de domínio e a formação da província da Lusitânia.¹ Limitar-me-ei a ressaltar que o contato entre romanos e as terras da futura província da Lusitânia se insere no

contexto de organização e consolidação das Guerras Púnicas, com a criação das províncias Hispânia Citerior e Ulterior (206-197). O primeiro choque foi em 194 a.C., marcado pelos enfrentamentos militares – campanhas de Viriato entre os anos de 147 e 140 a.C. como líder de um exército formado talvez por uma confederação de tribos – e por alianças com chefes locais: política de cooptação das elites locais; casamento de Viriato com a filha de Astolpas, rico proprietário de terras da região da Beira Baixa.

Apiano (**História Romana I**, 6) afirma que Viriato, para garantir a independência das suas terras, assinou um tratado de paz com os romanos, passando a ser considerado *amicus populi romani*. No entanto, essa trégua não impediu que Viriato fosse assassinado, em 139 a.C., a mando do governador da Hispânia Ulterior, Q. Servílio Cepião.

De acordo com Diodoro (**Biblioteca de História** 33, 7, 1), após Viriato, a capacidade de resistência armada dos lusitanos foi bastante reduzida, sendo apenas estimulada pela atuação de Sertório na Península Ibérica. Este momento de inserção da região no contexto das Guerras Civis do final do período republicano foi de suma importância para uma maior interação militar e cultural dos romanos e nativos e possibilitou a conquista efetiva da região entre os rios Tejo e o Douro.

A necessidade de extração de recursos materiais e de recrutamento de tropas nativas por Sertório, Júlio César e Pompeu conduziu à incorporação dos nativos aos exércitos romanos e, conseqüentemente, à obtenção por alguns da cidadania romana.

Lusitânia, portanto, através de uma tipologia de relacionamento de uma região periférica, tornou-se aos poucos semiperiférica, até ser anexada e submetida à lei civil romana, ou seja, o desdobramento das províncias da Hispânia em três: Tarraconense, Bética e Lusitânia em 27 a.C, pelo imperador Otávio Augusto.

O estabelecimento do Principado significou o surgimento de uma política sistemática de exploração e organização das regiões conquistadas, pondo fim ao amadorismo existente durante o governo republicano (MENDES, 2006, p. 21-52). Foi necessária a busca de estratégias para reforçar a integração e a construção de novos sistemas de representações que dessem sentido à imagem de Roma como força ordenadora, cidade que por seus deuses, seus ancestrais e pela experiência histórica concreta se colocava

como superior a todas as outras pela criação do *Imperium Romanum*, cuja noção “traduz não só o espaço no interior do qual Roma exercia o seu poder, como este mesmo poder” (GRIMAL, 1993, p. 9). Tornou-se, pois, imprescindível uma política de reordenamento espacial para organizar o território do *Imperium* de acordo com os valores identitários da sociedade romana e de sua concepção de mundo. Neste contexto, Otávio Augusto empreende o reordenamento territorial da Lusitânia, seguindo as diretrizes já traçadas por Júlio César.

Em linhas gerais, podemos dizer que a organização da província da Lusitânia significou uma nova concepção de mundo para os nativos e modificou as formas de assentamento e organização do território, criando uma paisagem híbrida (imbricamento entre o físico, o econômico e o político) materializada pela criação de novas estratégias de intervenção (retificação, ordenação, exploração de recursos) e de novas formas nativas de relações sociais, a qual se baseou na unidade administrativa característica do sistema imperial romano: *as ciuitates*.

Isso nos remete às noções de espaço, paisagem e território. Barros (2004, p. 23) afirma que:

Em sua realidade vivida, os seres humanos – e de formas extremamente complexas – estão constantemente se apropriando do espaço sobre o qual vivem e estabelecem suas diversificadas atividades e relações sociais. Um mesmo homem, no seu agir cotidiano e na sua correlação com outros homens, vai produzindo territórios que apresentam maior ou menor durabilidade. Ao se apropriar de determinado espaço e transformá-lo em sua propriedade – seja através de um gesto de posse ou de um ato de compra em um sistema onde as propriedades já estão constituídas – um sujeito humano define ou redefine um território. Ao se estabelecer um determinado sistema de plantio sobre uma superfície natural, ocorre aí uma nova territorialização do espaço, claramente caracterizada por uma nova “paisagem” produzida culturalmente e por uma produção que implicará controle e conferirá poder.

Logo, a territorialização do espaço e a construção da paisagem imperial significam um espaço delimitado sobre o qual se exerce o poder de uma entidade política, administrativa e judiciária, ou seja, uma forma de apro-

priação, intervenção e ordenação do espaço que se fundamenta nas relações de dominação e autoridade.

A aplicação dessas idéias ao nosso objeto de pesquisa nos remete à prática imperialista e às interações culturais entre nativos e Romanos. Portanto, se insere no estudo do processo de Romanização, cujo conceito deve ser estudado numa dinâmica de ajustamento, assimilação, hibridismo e resistência. Ademais, enfoca o estudo do espaço como uma categoria de análise histórica.

Desta forma, nos aproximamos do conceito de espaço social construído por Lefebvre (1991, p. 17-81), o qual envolve a interseção de três dimensões distintas:

- 1. Representações do espaço:** concepção da sociedade que envolve os conhecimentos que permitem compreender e ordenar as práticas materiais (geografia, arquitetura, planejamento);
- 2. Prática espacial:** produção e reprodução do conjunto espacial característico de cada sociedade. Assegura a continuidade e certo grau de coesão. É a dimensão da materialidade, da concretude do espaço, das construções com as quais os homens se habitam no seu dia-a-dia;
- 3. Espaços representacionais:** dimensão da vivência cotidiana, implicando códigos, signos, simbolismo das construções materiais que funcionam como espaços simbólicos, os quais criam novas possibilidades e sentidos para as práticas espaciais.

Essa definição de espaço social corrobora com a interpretação dos registros de cultura material sistematizados pelo antropólogo Smith, relativos à política imperial de reordenamento territorial das áreas submetidas.

1. Representações do espaço

A *Fortuna* e a *Virtus* explicavam a construção política pelos romanos de um Império que englobava todo o mundo habitado (*oikouméne*), sobre o qual exerciam uma dominação universal. O imperador Otávio Augusto garantiu este Império ao afastar a ameaça de decadência, anunciando um novo tempo: *aeternitas Imperii Romani*.

Estrabão escreveu uma geografia política fazendo uma divisão do espaço de acordo com a sua percepção dos grupos étnicos e descrevendo as dimensões do mundo habitado, o qual Roma dividia com os persas. O *orbis terrarum imperium* tinha duas partes: território organizado pela administração romana que poderia ser ampliado e as *externae gentes*, as quais eram submetidas às relações de *patrocinium*, mas não anexadas.² As fronteiras (*limes*) do Império Romano se confundem com aquelas do mundo civilizado, porém não os limites da dominação romana (*imperium sine fine*). Somente a melhor parte da *oikouméne* deveria ser ocupada e organizada, podendo o resto ser incluído na medida em que estava aberto à “missão civilizadora” de Roma. Foi essa noção que norteou a concessão da cidadania àqueles que se mostrassem fiéis aos interesses de Roma.

Havia, portanto, uma barreira moral entre romanos e “os outros”, fundamentada no conceito de *Humanitas*, como cultura de elite ou civilização, fundamentada na união de categorias jurídicas e valores éticos universais, formando um organismo global. Essa questão favorece a análise comparativa com a problemática da formação de Império na nossa contemporaneidade, pois, segundo Hardt e Negri (2003, p. 21 *ss.*), o Império é determinado pela existência de uma ordem mundial que leva ao extremo a consciência da universalidade do ético e do político: no Império há paz, no Império há garantia de justiça para todos.

Certamente, no mundo Romano não se verificou o processo de globalização econômica nem da uniformização cultural como hoje. Porém, diante dos efeitos do processo de Romanização podemos dizer que houve uma integração das economias das regiões mediterrâneas sem precedentes. Ao lado dessa integração, a apropriação e ressignificação das práticas sociais associadas à *Humanitas* foram fatores de identificação da nova ordem mundial instituída por Roma e, conseqüentemente, de reprodução e sustentação da posição socioeconômica e política das elites ítalo-romanas e provinciais.

A construção da infra-estrutura imperial Romana foi norteada por essa concepção de mundo, tendo sido materializada pela forma de anexação do território conquistado, ou seja, a criação das províncias – região sob a esfera permanente da administração Romana, fonte de recursos regulares em forma de tributos e impostos sobre as propriedades territoriais, minas, mercadorias e serviços –, e pela divisão do território provincial em *ciuitates*.

2. Prática espacial

Devo ressaltar que a intervenção imperial no território de uma província ocorreu através de distintas modalidades de práticas espaciais, como, por exemplo, a construção da rede viária. No entanto, neste artigo limitar-me-ei a refletir sobre aquelas que caracterizavam o ordenamento do espaço urbano.

A conquista do território da Lusitânia e a política de reordenamento territorial empreendida pelos Romanos não foram uniformes: seguiram as condições físicas da região, os recursos econômicos, os estágios de desenvolvimento da população nativa e os pontos estratégicos. Etnicamente, a província era composta por uma variedade de povos que se organizavam em castros e núcleos pré-urbanos, os quais aos poucos foram transformados em *ciuitates*.

Na Lusitânia, de acordo com a lista de Plínio (NH IV,113 e 116-118) confrontada e complementada com os dados epigráficos, é possível identificar 34 cidades na parte portuguesa da Lusitânia, as quais variavam de acordo com o seu estatuto político jurídico.

A *ciuitas* deve ser entendida como um vasto território limitado não apenas por limites geográficos naturais (serras, rios), mas também por uma unidade étnica ou política anterior. Cada *ciuitas* era composta por aglomerados urbanos secundários e uma população rural dispersa.

As regiões do Noroeste, as áreas de Trás-dos Montes, Alto Douro e das Beiras eram habitadas por população denominada de *callaeci* e *lusitani* e apresentavam semelhanças em relação ao tipo de *habitat*, à forma de organização social e atividade econômica. Eram os castros, povoados fortificados da Idade do Ferro, situados no topo de elevações de altitude média ou à beira dos cursos d'água que podem ser caracterizados como uma unidade social de base familiar, dependente de uma economia de sobrevivência auto-suficiente, cuja atividade principal talvez tenha sido a pecuária.

A Arqueologia demonstra que os castros tiveram destinos diferentes sob o domínio Romano, de acordo com a sua localização estratégica, seja do ponto de vista econômico, administrativo ou militar. Alguns desses núcleos pré-urbanos foram abandonados, provocando o deslocamento dos nativos, outros continuaram com a função de *vici* rurais – aldeias rurais nucleares, que também tiveram grande importância, pois possivelmente eram

centros de residência e de produção rural que funcionavam como locais de suprimento de mão-de-obra, facilidades de mercado e serviços não existentes nas *villae* (EDMONDSON, 1994, p. 20) – e outros se tornaram colônias romanas, municípios ou capital de *ciuitas*.

Na região próxima ao litoral, mais aberta às interações provenientes dos contatos comerciais com o mundo mediterrâneo, nas áreas de minérios e nas regiões de potencial agrícola próximas aos principais rios (Douro, Tejo e Guadiana), encontravam-se os núcleos mais urbanizados e despertaram maior interesse dos romanos. A população dessa região era denominada pelos romanos de céltica-túrdula e se concentrava em *oppida*,³ facilitando a instalação das *ciuitates*. Alguns desses *oppida*, por já apresentarem importância regional, foram transformados em capitais de *ciuitates*, como, por exemplo, Ossonoba e Balsa.

A definição de cada um dos estatutos políticos-jurídicos das cidades da Lusitânia envolve muitos problemas e divergências. Podemos dizer com maior segurança que as *ciuitates* da Lusitânia foram, na época de Augusto, repartidas dentre as seguintes categorias: *colonia*, *municipium civium Romanorum*, *municipium Latinum* e *oppidum stipendiarium*.

Por colônia romana devemos entender uma fundação nova, formada por imigrantes, veteranos do exército, que reproduz o modelo de cidade própria do mundo Romano. Seus habitantes tinham a cidadania romana completa e sua administração reproduzia as bases da organização institucional romana: Senado local (*Comitia*), dois magistrados superiores colegiados (*duumviri*) e os correspondentes colégios sacerdotais (pontífices e flâmines). A título de exemplos podemos citar as colônias de *Augusta Emerita* (Mérida), *Metellinum* (Medellín), *Norba* (Cáceres), *Pax Iulia* (Beja) e *Scallabis* (Santarém).

O *municipium civium Romanorum* e o *municipium Latinum* eram cidades indígenas que recebiam o *ius civitatis Romanae*⁴ ou o *ius Latii*⁵, respectivamente. Dentre os seus habitantes também é registrada a presença de imigrantes. Porém, se distinguiam das colônias porque mantinham as suas leis e costumes tradicionais, tinham órgãos judiciais próprios e maior autonomia do que as colônias perante o governo provincial⁶. (ALARCÃO, J. 1990: 383ss).

Os *oppida stipendiaria* eram *ciuitates* regidas pelas suas leis nativas. Os seus habitantes não tinham direitos civis, políticos e fiscais e estavam sujeitos a uma tributação.

A transformação de um núcleo urbano nativo em *ciuitas* e, depois, a sua elevação à categoria de *municipium civium Romanorum ou Latinum*, como no caso de *Aeminium* (Coimbra), *Conimbriga* (Condeixa-a-Velha), *Balsa* (Tavira), *Ossonoba* (Faro), significavam a concessão da cidadania àqueles que detinham as magistraturas locais: pertencer ao Senado local (*Comitia*), ocupar as funções dos dois magistrados superiores colegiados (*duumviri*) e os correspondentes colégios sacerdotais (pontífices e flâmines). Isso foi importante para a formação e reprodução das elites locais, as quais integravam a *decurionum ordo*.

A *ciuitas*, como uma forma de reordenamento social do espaço, foi característica da sociedade romana porque possibilitava o controle local pelo Estado e pela elite nativa e correspondia às representações que integravam o “projeto cultural” romano (WOOLF, 2000, p. 315).

A lenda da fundação de Roma por Rômulo é uma demonstração da escolha de um espaço sagrado para a fundação da cidade, pois significaria a retirada da sociedade “de um espaço homogêneo, indiferenciado, amorfo, sem estrutura nem consistência, em suma, o Caos, em que não teria existência nem muito menos identidade” (BUSTAMANTE, 2001, p. 331-344). Logo, simbolizava para a sociedade romana um espaço humano e sagrado, na medida em que era fundamental para a existência da vida civilizada, ou melhor, o exercício da *Humanitas* e a garantia da *pax deorum*.

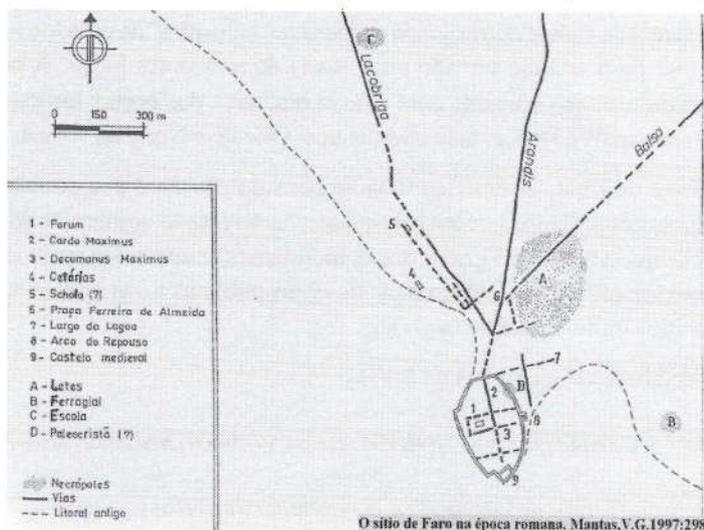
A *ciuitas* e a *res publica* eram concepções interligadas na mentalidade dos romanos. A cidade reunia os fundamentos da moral, da administração e da vida jurídica e possibilitou aos Romanos construir um Império. Ademais, foi uma modalidade específica de exploração dos recursos econômicos. A variedade de estatutos político-jurídicos concedidos às *ciuitates* denota uma estrutura de domínio baseada nas relações de poder de tipo patronal que perpetuavam a verticalização social que marcava a sociedade romana. Favorecia a formação de redes de relações pessoais entre as elites cêntricas e locais. Esta ampla rede de relações pessoais não pode ser reduzida, todavia, à simples dimensão de troca de serviços e favores entre indivíduos. Agiu como um forte agente de controle social e como um mecanismo regulador de teor altamente promocional, o qual foi determinante para o equilíbrio social e compensava, de certa forma, as insuficiências das estruturas administrativas do centro imperial.

A cidadania e o conjunto dos marcos espaciais urbanos que integravam a *ciuitas* correspondiam ao conjunto plural de significados compartilhados que englobavam o “*ethos* civilizatório”, imprescindível para tornar-se Romano (WOOLF, 1998, p. 48 ss.). Este conjunto de significados foi capaz de manter a presença imperial, sobrepujar a diversidade local e atuar de forma não coercitiva, favorecendo a cooptação das elites locais e reinventando novas práticas de relações sociais. Algo que nos remeteria à análise dos espaços representacionais.

3. Espaços representacionais

O conceito de espaços representacionais em uso nos auxilia a entender a cidade como um instrumento de poder que congregava a ideologia imperial. Conforme mencionado acima, a cidade simbolizava a ordem moral da sociedade como um todo e a segurança do Império, na medida em que atuava como símbolos do poder de Roma transferido para as províncias. Isto era traduzido pelo sentido das mensagens veiculadas pelas construções materiais que organizavam o espaço urbano.

Diante dos limites deste artigo, limitar-me-ei à planta da cidade de *Ossonoba*⁷ e a algumas inscrições epigráficas da cidade de *Balsa*⁸, que testemunham a construção de edifícios urbanos e a apropriação de práticas características do “projeto cultural” Romano.



A planta do sítio arqueológico da cidade de *Ossonoba*, reproduzida na página anterior, mostra a existência de ruínas de um fórum, cuja identificação é confirmada pela existência de dois eixos ortogonais que projetavam as quatro direções cardeais: o cardo (sentido norte-sul) e decumanos (sentido leste-oeste). As marcações destes eixos faziam parte do ritual Romano de fundação de cidades.

Registra-se também a existência de um edifício, possivelmente do século II d.C., que corresponderia a uma *schola* da corporação dos *navicularii* e que fora ofertado à população da cidade por quatro *magistri*, conforme prova a inscrição abaixo inserida no mosaico de Oceano, o qual decora o edifício (MENDES, 2001, p. 311-330).

*C(aius) . CAL.PVR.NI.VS [...]NVS . ET . G(aius) VI.BI.VS .
QVINTI./LIA.NVS . ET . L(ucius) . AT.TI[VS ?...] S . ET .
M(arcus) VER . RIVS CE.MI.NVS. SOL[VM] TES.SEL.LAS
[F(aciendum) . CV.RA.R]VNT . ET . DONA. R[VN].T.*

*Caio Calpúrnio(...) e Gaio Vibio Quintiliano e Lúcio Átio (?)(...) e
Marco Vérrio Gémino mandaram excutar e ofereceram o solo e as
tesselas. (IRPC, 35).*

A localização do edifício a que pertenceu o mosaico nas proximidades do litoral e de um conjunto de cetárias (viveiros de peixes) afastado do centro monumental da cidade corresponde a uma área “industrial” da cidade e reforça a hipótese de o edifício ter sido uma escola de armadores locais. A própria datação do mosaico coincide com a nova dinâmica dos portos lusitanos em direção não mais à Bética, mas ao Atlântico, Oriente e Norte da África.

Esse edifício, a temática iconográfica do mosaico e o conjunto de cetárias testemunham o desenvolvimento da atividade comercial da cidade, o enriquecimento do grupo dos comerciantes, a apropriação do mosaico como um elemento de decoração de obras públicas e das *domus* da elite e da prática da benemerência cívica.

Vejamos as inscrições de *Balsa*:

[EX DECRETO DECVRRI?]ONVM . R(es). P(ublica) BALS[ENSIUM?]

(...) por decreto dos decuriões, a república de Balsa (...) (IRCP, 75)

A interpretação dos epigrafistas é no sentido de que essa inscrição comprova a elevação da cidade à categoria de município porque menciona o grupo social dos decuriões. A inscrição também se refere a uma dádiva outorgada pelos decuriões ao imperador, a alguma divindade ou à própria população de Balsa, testemunhando a prática da benemerência cívica. Ademais, trata-se de uma placa que sugere a existência de um espaço público apropriado para a sua colocação, o qual poderia ser um fórum.



*G(aius) LICINIVS . BADIVS . /
PODIUM . CIRCI . P (edes) . C (entum) . /
SVA . IMPENSA /
D(ono) . D(edit) .*

*Gaio Licínio Bádio deu, a expensas suas, cem pés do pódio do circo.
Ofereceu de presente. (IRCP, 77)*



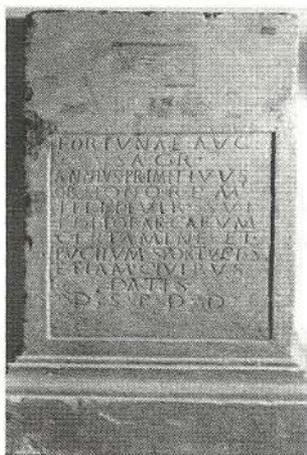
(Disponível em www.arqueotavira.com)

*L(ucius) . CASSIVS . CELER /
PODIUM CIRCI /
PEDES . C(entum) /
SVA IMPENSA /
D(ono) . D(edit) .*

Lúcio Cássio Celer deu, a expensas suas, cem pés do pódio do circo. Ofereceu de presente. (IRCP, 76)

A prática da benemerência cívica também está testemunhada nessas duas últimas inscrições, datadas do século II ou início do século III. Apesar da inexistência de vestígios arqueológicos, essas inscrições atestam a existência de um circo, pois o pódio era uma balaustrada erguida diante de uma plataforma reservada às cadeiras dos espectadores mais ilustres.

Até o momento não há evidências arqueológicas da construção da existência de templos em *Balsa*. No entanto, a inscrição abaixo, datada do século III, faz menção a um séxviro, magistrado encarregado do culto imperial, levando-nos a suspeitar sobre a construção de um local sagrado para a sua realização.



*FORTVNAE . AVG (ustae) . / SACR(um) . / ANNIVS . PRIMITIVVS /
OB . HONOREN . / IIIIVIR (atus) . SVI . / EDITO BARCARVM /
CERTAMINE . ET . / PVGILVM SPORTVLIS / ETIAM . CIVIBVS /
DATIS . / D(e) . S(ua) . P(ecunia) . D(ono) . D(edit) .*

Consagrado a Fortuna Augusta. Ânio Primitivo ofereceu, em honra do seu sexvirato, tendo realizado um combate de barcas e de pugilistas e também oferecido dádivas aos cidadãos, a expensas suas. (IRCP, 73)

Por outro lado, também testemunha a difusão em Balsa das duas modalidades de *ludi* (jogos): combate de pugilistas e batalha naval (*naumaquiae*).

Num outro cipó, encontramos a seguinte inscrição, datada do século II:

*T(ito) . MANLIO / T(iti) . F(ilio) . QVIR(ina tribu) . FAV/STINO.
BALS(ensi) . / MANLIA . T(iti) . F(ilia) / FAVSTINA / SOROR . FRA /
TRI . PISSIMO / IIVIR (duunviro) . II (bis) /
D(ecreto) . D (ecurionum) . EPVLO DATO*

A Tito Mânlio Faustino, filho de Tito, da tribo Quirina, natural de Balsa, Mânlia Faustina, filha de Tito, irmã, ao irmão modelo de piedade, duúnviro pela segunda vez. Por decreto dos decuriões. Tendo oferecido um banquete. (IRCP, 79)

Possivelmente, também, essa inscrição foi feita para ser colocada em lugar público: no fórum. Trata-se de uma homenagem póstuma que Faustina prestou ao irmão.

Quer dizer, essa inscrição não apenas nos remete à apropriação da prática do banquete pela elite de *Balsa*, mas ao seu uso como uma forma de demonstração de riqueza, prestígio social e poder.

Os edifícios e a forma de organização do espaço urbano foram instrumentos de Romanização porque integravam a cultura imperial. Conforme mencionamos acima, não eram simplesmente imagens, continham mensagens que foram apropriadas pela população local.

O fórum era o centro da vida cívica, local de publicidade e de exibição do poder imperial e local, seja através das inscrições ou estátuas. O circo não era apenas um local de representações de combates, mas de reprodução da ordem moral da vida civilizada em formas simbólicas. Concordamos com Whittaker (1997, p. 143-164) quando afirma que “o fórum, o teatro, o anfiteatro e os pórticos, as plataformas de exibição de poder, eram unidos pelo culto imperial”.

Da mesma forma, a população local se apropriou do significado das práticas sociais, como a benemerência cívica e o banquete, atribuindo-lhes novos significados. Por um lado, expressavam a identificação das

elites nativas aos ideais de ser romano. Por outro lado, serviam como instrumentos para a demonstração de poder, prestígio e riqueza destes notáveis locais.

Desta forma, teve a função de viabilizar a integração, desenvolvendo um sentimento de pertença, expressado pelo conceito de cidadania, algo socialmente institucionalizado e moralmente construído. Cidadania e cidade se confundiam e, se considerarmos a dimensão sociológica básica da noção de cidadania como algo que se apreende, que é demarcado por expectativas de comportamento singulares, afirmamos que ser cidadão romano associado a uma *ciuitas* promoveu nas províncias uma renegociação e uma reinvenção radicalmente aberta e interminável de processos que possibilitavam novas modalidades de ser, conviver e de aprender. Os marcos espaciais urbanos, como espaços de deambulação, foram locais privilegiados de encontro com o “outro”, possibilitando diferentes formas de convivência e atuando como “microfísica local de poder que cerca o indivíduo” (SAID, 1995, p. 59).

Em suma, inicialmente, gostaria de ressaltar a importância do diálogo entre a História, a Epigrafia e a Arqueologia para o estudo das formas de organização do espaço urbano como um instrumento de Romanização.

Ademais, as argumentações acima sobre a lógica de intervenção e reordenamento do espaço urbano validam o conceito de romanização que norteia a nossa pesquisa, a saber: processo de mudança sociocultural multifacetada em termos de significados e mecanismos que teve início com o relacionamento entre os considerados padrões culturais romanos e a diversidade cultural provincial numa dinâmica de negociação bidirecional. Foi simultaneamente um processo de mudança sociocultural desigual surgido através de um relacionamento também desigual entre o poder imperial dominante e as comunidades submetidas.

Na Lusitânia, como em outras áreas do Império Romano, o impacto da conquista é evidenciado pelas mudanças na paisagem do território, pela criação de novas formas de integração social, relações sociais através das quais as bases de poder, de *status* e de identificação foram reproduzidas e transformadas de forma diversificada nas províncias, variando regionalmente e entre diferentes grupos sociais. Neste sentido, podemos concordar com Hall (2002, p. 23) quando afirma que a *Romanitas* não foi precisamente uma identificação étnica, mas um processo de comunicação cultural

de um *status* jurídico e legal que carece de conceito baseado num centro étnico comum. Foi caracterizada por uma identidade incompleta expressada pela política da cidade, na qual o sentido de domínio se associava à vontade de integrar (GIARDINA, 1994, p. 1 ss.).

Logo, conceituamos o Império Romano como uma entidade política centralizada, caracterizada por uma estrutura celular e concêntrica, a qual era fundamentada nas relações de troca de poder e riqueza entre o centro, áreas integradas, semiperiferias e periferias, cuja existência foi criada e reproduzida historicamente numa dinâmica de integração, interação e diversidade culturais, possibilitando o surgimento de “experiências divergentes”⁹ em toda a sua extensão.

Documentação escrita

APIANO. **Historia Romana**. Trad. Antonio Sancho Royo. Madrid: Gredos, 1980, v. 1, livro VI. (Biblioteca Clássica)

DIODORUS SICULUS. **Library of History of Diodorus of Sicily**. Transl. C. H. Oldfather *et alii*. London: William Heinemann, 1953-1957, 12 v. (The Loeb Classical Library)

ENCARNAÇÃO, J. d'. **Inscrições Romanas do Conventus Pacensis. Subsídios para o estudo da romanização**. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 1984.

PLINE L' ANCIEN. **Histoire Naturelle**. Livre IV. Paris: Les Belles Lettres, 1998.

Bibliografia

ALARCÃO, J. O domínio romano. In: SERRÃO, J.; MARQUES, O. M. (Coord.). **Nova História de Portugal; Portugal das origens à romanização**. Lisboa: Presença, 1990, 3ª. parte, capítulos I, I e III.

BARRET, M. Ideologia política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: ZIZEK, S. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 235-264.

BUSTAMANTE, R. M. da C. Rômulo e a “fundação do mundo”. **Phoînix** 7: 331-344, 2001.

- CHAMPION, C. B. (Ed.). **Roman Imperialism. Readings and Sources.** London: Blackwell, 2004.
- CLÉMENT, V. Le territoire du Sud-Ouest de la péninsule Ibérique à l'époque romaine. Du concept au modèle d'organisation de l'espace. In: GORGES, J. G.; MARTIN, G. R. **Économie et territoire en Lusitanie Romaine.** Madrid: Casa de Velázquez, 1999.
- EDMONDSON, J. C. Creating a Provincial Landscape: Roman Imperialism and rural change in Lusitania. In: GORGES, J. G.; SALINAS DE FRÍAS, M. (Ed.). **Les Campagnes de Lusitanie Romaine.** Madrid: Casa de Velázquez, 1994, p. 13-29.
- EKHOLM, K.; FRIEDMAN, J. "Capital" Imperialism and Exploitation in Ancient World Systems. In: FRANK, A. G.; GILLS, B. K. **The World System: Five hundred years or five thousand?** London: Routledge, 1993, p. 59-80.
- ENCARNAÇÃO, J. d'. Quão importantes eram as gentes!... In: **Tavira - Território e Poder.** Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 2003, p. 95-104.
- FERRIL, A. **A queda do Império Romano.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- GIARDINA, A. L'identità incompiuta dell'Italia romana. In: ÉCOLE FRANÇAISE DE ROME (Org.). **L'Italie d'Auguste à Dioclétien.** Paris - Roma: De Boccard - "L'Erma" di Bretschneider, 1994. (Collection de L'École Française de Rome, 198)
- HALL, J. **Hellenicity.** Chicago: University of Chicago Press, 2002.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Império.** Rio de Janeiro: Record, 2003.
- HARRIS, W. V. **Guerra e imperialismo en la Roma republicana (327-70 a. C.).** Madrid: Siglo XXI, 1989.
- HINGLEY, R. The imperial context of Romano-British studies and the proposal for a new understanding of social change. In: FUNARI, P.P. A.; HALL, M.; JONES, S. **Historical Archaeology. Back from the edge.** London: Routledge, 1999.
- HINGLEY, R. The legacy of Rome: the "rise", decline and fall of the theory of Romanization. In: WEBSTER, J.; COOPER, N. J. (Ed.). **Roman imperialism: post-colonial perspectives.** Leicester: School of Archaeological Studies of University of Leicester, 1996, p. 35-48. (Leicester Archaeology Monographs, 3)

- HOPKINS, K. **Conquistadores y esclavos**. Madrid: Peninsula, 1981.
- HOPKINS, K. Taxes and trade in the Roman Empire, 200 B.C. – A.D. 400. **Journal of Roman Study** 70: 101-125, 1980.
- HOPKINS, K. Taxes, rents and trade. In: SCHEIDEL, W.; REDEN, S. von (Ed.). **The Ancient Economy**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2002, p. 190-230.
- HUSKINSON, J. Looking for culture, identity and power. In: HUSKINSON, J. (Ed.). **Experiencing Rome. Culture and Power in the Roman Empire**. London: Routledge, 2000, p. 3-28.
- JONES, S. **The Archaeology of Ethnicity**. London: Routledge, 1997.
- KEAY, S.; TERRENATO, N. **Italy and the West: comparative issue in Romanization**. Oxford: Oxbow Books, 2001.
- MANTAS, V. G. As *Ciuitates*: esboço da geografia política e econômica do litoral do Algarve romano. In: BARATA, M. F. (Org.). **Noventa séculos entre a serra e o mar**. Lisboa: Ministério da Cultura / Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico, 1997, p. 283-309.
- MANTAS, V. G. Cidades e história econômica na zona de influência da estrada Olisipo-Bracara. In: CENTENO, R. M. S.; GARCIA-BELLIDO, M. P.; MORA, G. (Coord.) **Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999, p. 279-298. (Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática Antigua, Anejos de Archivo Español de Arqueología XX)
- MATTINGLY, D. J. (Ed.). **Dialogues in Roman Imperialism; power, discourse and discrepant experience in the Roman Empire**. JOURNAL OF ROMAN ARCHAEOLOGY (Supplementary Series) 23, 1997.
- MILLET, M. **The Romanization of Britain: an essay in archaeological interpretation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- MENDES, N. M. Romanização: cultura imperial. **Phoînix** 5: 307-325, 1999.
- MENDES, N. M. Romanização, navegação e comércio no litoral do Algarve. **Phoînix** 7: 311-330, 2001.
- MENDES, N. M. Estrabão e a enunciação de uma estrutura de atitudes e referência da cultura imperial. **Phoînix** 9: 305-314, 2003.
- MENDES, N. M. O sistema político do Principado. In: SILVA, G. V. da; MENDES, N. M. (Org.) **Repensando o Império Romano: perspecti-**

- va socioeconômica, política e cultural.** Vitória, ES – Rio de Janeiro: Edufes – Mauad, 2006, p. 21-51.
- NASH, D. Imperial Expansion under Roman Republic. In: ROWLANDS, M. *et alii*. **Centre and Periphery in the Ancient World.** Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 87-103.
- ROWLANDS, M. Centre and Periphery: a review of a concept. In: ROWLANDS, M. *et alii*. **Centre and Periphery in the Ancient World.** Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 1-13.
- SAID, E. **Cultura e Imperialismo.** São Paulo: Companhia das Letras 1995.
- SMITH, M. The Aztec Empire and the Mesoamerican World System. In: ALCOCK, E.; D'ALTROY, T. E. *et alii* (Orgs.). **Empires.** Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 129.
- TENNEY, F. **Roman Imperialism.** New York: Cooper Square Publisher, 1972.
- VEYNE, P. Y a-t-il eu un imperialisme romain? **Mélanges de L'Ecole Française de Rome** 87: 793-855, 1975.
- WEBSTER, J.; COOPER, N. J. (Ed.). **Roman imperialism: post-colonial perspectives.** Leicester: School of Archaeological Studies of University of Leicester, 1996. (Leicester Archaeology Monographs, 3)
- WEBSTER, J. A negotiated syncretism readings on the development of Roman-Celtic religion. In: MATTINGLY, D. J. (Ed.). **Dialogues in Roman Imperialism; power, discourse and discrepant experience in the Roman Empire.** Portsmouth, R.I.: Journal of Roman Archaeology, Supplementary Series 23, 1997, p. 165-184.
- WEBSTER, J. Art as Resistance and Negotiation. In: SCOTT, S.; WEBSTER, J. (Ed.). **Roman Imperialism and Provincial Art.** Cambridge Ancient Press, 2003, p. 24-51.
- WELLS, P. **The Barbarians Speak** Princeton: Princeton University Press, 1999.
- WHITTAKER, C. R. **Frontiers of the Roman Empire; a social and economic study.** London: John Hopkins University Press, 1994.
- WHITTAKER, C. R. Imperialism and culture: the Roman initiative. In: MATTINGLY, D. J. (Ed.). **Dialogues in Roman Imperialism; power, discourse and discrepant experience in the Roman Empire.**

Portsmouth, R.I.: Journal of Roman Archaeology, Supplementary Series 23, 1997, p. 143-164.

WOOLF, G. **Becoming Roman**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

WOOLF, G. Inventing Empire in Ancient Rome. In: ALCOCK, E.; D'ALTROY, T. E. *et alii* (Orgs.). **Empires**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 311-323.

Notas

¹ Uma excelente síntese pode ser encontrada em SERRÃO e MARQUES, 1990.

² Cosmographia 2.5.8 *Apud* WHITTAKER, 1994, p. 12 ss.

³ O termo *oppidum* parece ter sido usado pelos romanos para designar qualquer aglomerado urbano de alguma importância.

⁴ Cidadania romana completa, quer dizer, direitos políticos e civis.

⁵ Cidadania incompleta, incluindo o *ius conubium* e o *ius commercium*

⁶ Uma excelente síntese pode ser encontrada em ALARCÃO, 1990, 3ª parte, capítulos I, I e III.⁷ *Oppidum* indígena da costa algarvia que durante a dinastia Júlio-Claudia ascendeu à categoria de *municipium Latinum* e, possivelmente, a sua população foi inscrita na tribo Galeria.

⁸ Os testemunhos arqueológicos mais antigos provenientes do sítio de Balsa sugerem a fundação da cidade por volta do século I a.C., no contexto da guerra contra os piratas do Mar Mediterrâneo, comandada por Pompeu, o Grande. Possivelmente, a cidade surge da transferência de população indígena, pertencente ao grupo étnico dos turdetanos, o qual já teria o nome de Balsa, ou mesmo teria surgido junto a um *oppidum* preexistente na região de Tavira (ver ENCARNANÇA, 2003), demonstrando o interesse de Pompeu em assegurar o domínio do mar e a colonização das terras da província da Hispânia Ulterior. Após a derrota de Pompeu por César, na batalha de Munda, em 45 a.C., o local de Balsa Romana foi organizado como um *oppidum stipendiarium*. Na época dos Flávios, os seus cidadãos parecem ter sido incluídos na tribo Quirina, após a elevação da cidade ao estatuto de *municipium*, significando a concessão da cidadania de direito latino aos habitantes.

⁹ A noção de “experiência divergente” proposta por Saïd afirma que mesmo existindo um núcleo subjetivo irreduzível na experiência humana, essa experiência também é secular e histórica, acessível à análise e à interpretação, e que as experiências específicas das sociedades ou grupos apresentam histórias profundamente entrelaçadas e complexas. Logo, num contexto imperial, as experiências diver-

gentes dos súditos devem ser pensadas e interpretadas em conjunto, cada qual com sua pauta e ritmo de desenvolvimento, suas formações internas, sua coerência interna e seu sistema de relações externas, todas elas coexistindo e interagindo entre si (1995, p. 64).